

Territorialização do capital agroflorestal sobre o uso da terra na Região Tocantina do Maranhão, Brasil

Territorialization of agroforestry capital on land use in Tocantina Region of Maranhão, Brazil

Allison Oliveira Bezerra

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz, MA, Brasil

E-mail: allisonbZR@gmail.com

Diego Armando de Sousa Paz

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

E-mail: d.armando147@gmail.com

José Sérgio de Jesus Salles

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz, MA, Brasil

E-mail: jose.salles@uemasul.edu.br

Resumo

O objetivo principal do artigo é analisar o processo de territorialização do capital agroflorestal sobre o uso da terra em municípios produtores de eucalipto na Região Tocantina do Maranhão. Metodologicamente, o trabalho foi dividido em três etapas: a) geração de dados secundários; b) geração de dados primários; e, por fim, c) o desenvolvimento literário, conjuntamente com a compilação dos resultados, a partir da análise e sistematização dos dados coletados. Os resultados obtidos apontam que há um avanço da fronteira agroflorestal na Região Tocantina do Maranhão, o qual conta com diversos meios de apropriação como compra, arrendamento, especulação, grilagem etc. Dessa forma, criam-se novas condições de uso da terra, que implicam alterações das relações do sujeito no território, subordinando antigas formas de uso ao grande capital agroflorestal.

Palavras-chave: Territorialização do capital. Eucalipto. Região Tocantina do Maranhão.

Abstract

The main objective of the article is to analyze the process of territorialization of agroforestry capital on land use in eucalyptus producing municipalities in the Tocantina Region of Maranhão. Methodologically, the work was divided into three stages: a) generation of secondary data; b) generation of primary data; and, finally, c) literary development, together with the compilation of results, from the analysis and systematization of the collected data. The results indicate that there is an advance of the agroforestry frontier in the Tocantina region of Maranhão, which has several means of appropriation such as purchase, lease, speculation, land grabbing etc. Thus, new

conditions of land use are created, that imply changes in the relations of the subject in the territory, subordinating old forms of use to the great agroforestry capital.

Keywords: Territorialization of capital. Eucalyptus. Tocantina Region of Maranhão.

Introdução

As transformações de ordem financeira, ambiental e energética no mundo, no fim da primeira década do século XXI, potencializaram uma corrida mundial por terras, evidenciando um fenômeno chamado de *land grabbing*. De acordo com Teixeira (2018), o *land grabbing* é caracterizado por ser um fenômeno fundamentalmente econômico, pautado especificamente pela corrida, aquisição, acumulação e exploração de terras, principalmente agrícolas, por grandes agentes econômicos e financeiros.

Logo, os investimentos do capital sobreacumulado nos chamados ativos reais, entre eles terras agrícolas, levou à popularização do conceito de *land grabbing*, que parte do pressuposto de que a terra cumpre diversos requisitos, entre eles o potencial de lucro e liquidez. Além disso, funciona como um *hedge* contra a inflação e como forma de diversificação do portfólio de investimentos, tratado, dessa forma, pelo mercado financeiro como se fosse um ativo qualquer (HARVEY, 2004; SILVA, 2001).

A partir disso, em conjunto com as corporações mais tradicionais que já operam no setor agrícola, está se expandindo um leque de atores financeiros interessados em investimentos no meio rural, diversificando os instrumentos financeiros vinculados com a agricultura e a terra. É nesse contexto que o setor agrícola passa a ser impulsionado pela entrada de novos capitais, dentre os quais os financeiros, e com um forte apoio do Estado (KATO; LEITE, 2020).

Nos últimos anos, o interesse de investidores e do mercado financeiro à atividade florestal aumentou. Esse interesse está atrelado a alguns fatores, entre eles o aumento exponencial na produção das empresas produtoras de papel e celulose, nas últimas décadas. Também, esse tipo de investimento é considerado de baixo risco, e há, ainda, a probabilidade de esses investimentos auxiliarem na diversificação do portfólio de investimentos, o que tem por finalidade minimizar riscos (SILVA, 2001).

Ademais, cabe destacar movimentos de ordem global no setor agroflorestal, como os movimentos das últimas quatro décadas de descentralização de parte do

processo de produção da cadeia produtiva de papel e celulose, dos países do hemisfério norte para países periféricos da América Latina e Ásia. Esses processos são concentrados, principalmente, naqueles mais onerosos, do ponto de vista socioambiental e territorial, como a produção da pasta de celulose, que demanda por grandes quantidades de água e terra para plantio do eucalipto (OLIVEIRA, 2019). Assim, as transformações, quanto à estrutura produtiva do segmento agroflorestal no Brasil e no mundo, têm impulsionado a necessidade por reflexões não apenas de ordem produtiva (tecnologia, alocação de plantas industriais, reestruturações na força de trabalho), mas também em relação à territorialização do capital sobre o uso da terra.

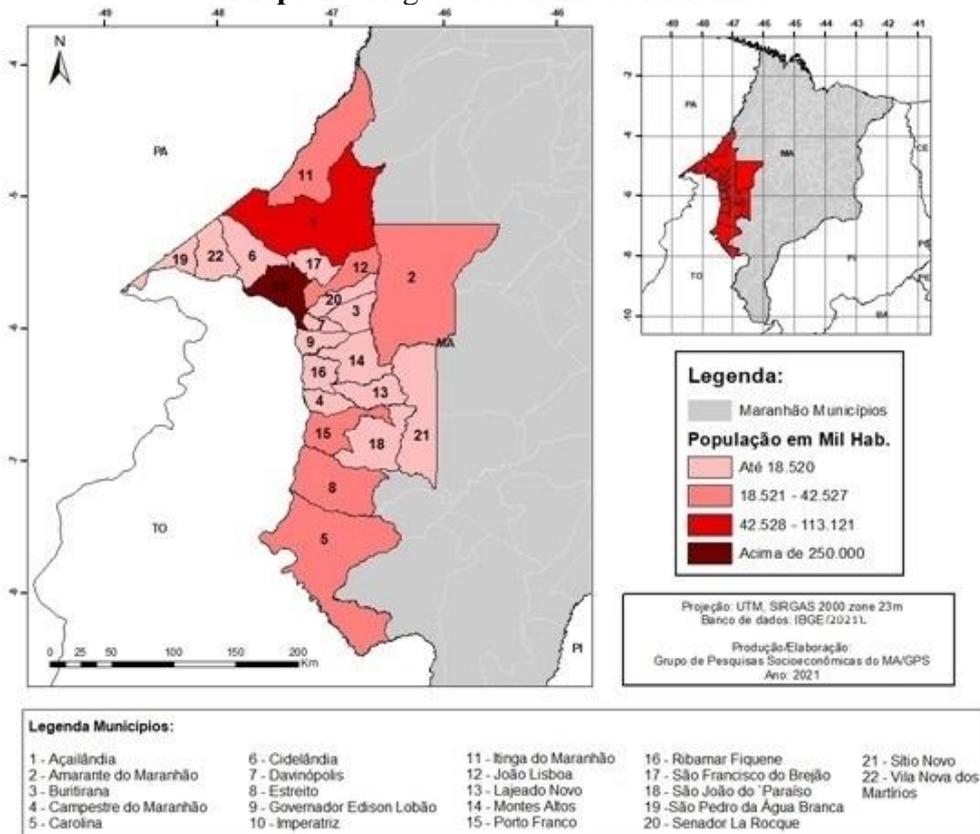
É nesse sentido que o presente trabalho objetiva discutir o processo de territorialização do capital agroflorestal sobre o uso da terra em municípios produtores de eucalipto, na Região Tocantina do Maranhão. Busca-se, assim, evidenciar, a partir de dados quantitativos da expansão de áreas plantadas de eucalipto, o avanço do setor sobre a aquisição de terras, necessárias para a produção, em larga escala, da silvicultura.

Metodologicamente, utiliza-se, enquanto recorte espacial, a Região Tocantina do Maranhão (Mapa 1), porção sudoeste do estado do Maranhão, na divisa com os estados do Pará e do Tocantins. Tal região tem como principal característica o regime de águas, marcado pela influência da bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia. É uma região caracterizada, também, pela concentração e grilagem de terra e baixos condicionantes sociais, além de se apresentar como a primeira área de entrada da silvicultura de eucalipto no Maranhão, ainda na década de 1980. Nela, há a existência de um corredor logístico de fazendas de eucalipto que se mescla com as vias de transporte de matéria-prima e produto final (OLIVEIRA; PAZ; PEREIRA, 2021).

O trabalho conta com a sistematização de dados primários, oriundos de estudos de campo em fazendas produtoras de eucalipto que resultaram em registros de imagens. A pesquisa é seguida da sistematização e análise de dados secundários referentes à produção de eucalipto no Maranhão e em municípios da região, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022a; 2022b), além de dados sobre evolução de móveis rurais produtores de eucalipto, a partir de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2018) e do relatório da Suzano Papel e Celulose (2019). Trata-se de uma análise espacial empírica apoiada na sistematização de dados secundários públicos, seguida de análise qualitativa, a partir da

análise da discussão acerca da territorialização do agronegócio florestal em contextos periféricos.

Mapa 1 – Região Tocantina do Maranhão



Fonte: os autores (2021).

O texto está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, é apresentado, de forma concisa, o que é esse capital agroflorestal e como se dão as estratégias de territorialização desse capital agroflorestal no Maranhão. Na segunda parte, demonstra-se o papel da Região Tocantina do Maranhão frente ao processo de expansão da fronteira agroflorestal do eucalipto no estado do Maranhão. A terceira e última seção é dedicada a analisar as principais alterações no uso da terra na Região Tocantina do Maranhão, devido à financeirização e territorialização do seu espaço agrário pelo capital agroflorestal.

Capital agroflorestal e estratégias de territorialização no Maranhão

De acordo com Harvey (2005), o capital seria uma estrutura ou um motor que potencializa a produção capitalista do espaço. E, para que possa haver a reprodução desse capital no espaço, é necessária a existência de três fatores: a) um excedente de mão de obra, ou seja, um exército de reserva; b) meios de produção (máquinas, matérias-primas, infraestrutura física etc.); e, por fim, c) um mercado consumidor. Contudo, o autor atenta para que qualquer barreira exposta a um desses fatores pode acarretar em crise ao modo de produção capitalista.

É a partir dos aspectos acima que a acumulação do capital vem contribuir para a universalização do capitalismo e suas diferenças geográficas. Brito (2008) explica que a produção de vantagens que diferenciam os lugares é fundamental para o desenvolvimento capitalista, posto que a desigualdade entre lugares produz vantagens comparativas para o capital. No entanto, a produção de diferenciações faz emergir novas desigualdades socioespaciais, a competitividade e a fragmentação territorial.

Smith (1988, p. 152), por sua vez, ressalta esse processo de diferenciação por meio do conceito de divisão do trabalho na sociedade, afirmando que esta última “[...] é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho”.

É dentro dessa perspectiva que o Brasil está diante de uma faceta específica da produção desigual, combinada e polarizada inerente ao espaço capitalista. Ao se especializar na produção e exportação de *commodities*, essa produção assume para si as etapas socioambientalmente mais onerosas, impactantes e com menor agregação de valor de cadeias produtivas mundializadas, funcionando como verdadeiros “nós” de uma rede de acumulação polarizada pelo Norte (SMITH, 1988; HARVEY, 2005; OLIVEIRA, 2019).

Nesse sentido, o processo de divisão do trabalho apontado por Smith (1988) vem provocando, especialmente durante o século XX, mudanças estruturais na economia brasileira, principalmente no setor agrícola do país. Assim, é dentro desse contexto imposto pelo processo de divisão internacional do trabalho e das sucessivas reestruturações produtivas do capitalismo que o capital assume a sua condição de capital

geral, deixando submersas adjetivações tais como: capital produtivo, capital industrial, capital agrícola, capital financeiro e, assim, capital agroflorestal (GONÇALVES, 2005).

Dentro dessa lógica, como uma dessas adjetivações expostas, o capital agroflorestal tem como características uma estrutura organizacional produtiva alicerçada pela acumulação capitalista global, e um de seus principais objetivos é o crescimento na produção de *commodities* para exportação. Atende, assim, às demandas internacionais e intensifica o processo de divisão do trabalho exposto por Smith (1988). Logo, as condicionantes de reprodução desse capital estão atreladas a sua ação produtiva, que exige recursos ilimitados de terra, além de trabalho e dinheiro para aplicar na atividade produtiva, com a compra de máquinas, equipamentos, insumos, pesquisa, inovação e tecnologia (GONÇALVES, 2005).

Assim, o capital agroflorestal assume diversas formas em torno da financeirização de ativos de ordem global, através de grandes empresas globais, aberturas de mercado na bolsa e *holdings* de insumos dos mais diversos tipos, fatores que, a partir da reestruturação das formas de produção, circulação e consumo, voltam-se para a intensa mecanização da produção de *commodities* de ordem florestal, como a pasta de celulose. Tornam-se em capital, assim como maquinário ou moeda, com vistas a potencializar novos acúmulos.

Segundo Paula (1993), o movimento da fronteira agroflorestal vem sendo derivado da integração com complexos agroindustriais que utilizam o eucalipto como matéria-prima articulado com o capital financeiro, assim, esse complexo agroindustrial do eucalipto é algo complexo em que se destaca segundo Castro, Tonani e Lima (2019) as cadeias produtivas da celulose, do carvão vegetal, dos briquets e pellets, sendo estes três últimos produtos agro-energéticos. De acordo com Centurião (2016) esses complexos agroindustriais são reconhecidos, principalmente, por sua introdução de técnicas de produção e de gestão das propriedades, que perpassam pelas inovações tecnológicas e pela inserção da tecnologia na produção.

Becker (1995) afirma que a expansão dessa fronteira agroflorestal é compreendida a partir da inserção do Brasil, durante o século XX, no sistema capitalista global, estando articulado aos interesses do capital financeiro, com intensa mediação do Estado, configurando, assim, o que Mészáros (2003) denomina de *hibridismo* entre Estado e capital.

Nesse quesito, as estratégias de territorialização do capital estão principalmente vinculadas às intervenções do Estado com suas políticas de desenvolvimento e incentivos fiscais, o que tem sido, segundo Paula (1993), um componente central na dinâmica agroflorestal no país. Paula (1993) ainda enfatiza o papel do Estado, afirmando que ele é o responsável pela oferta de recursos a custos menores que os vigentes no mercado, por preços de garantia e outras medidas de proteção relativas ao mercado, pelas inovações tecnológicas, pela regulamentação sobre distribuição da terra etc.

Desse modo, dadas as características inerentes à estruturação dessa fronteira agroflorestal no Brasil, bem como a inserção do país na divisão internacional do trabalho, afinada ao diapasão do capital financeiro, as formas de exploração dos recursos territoriais vão necessariamente muito além de qualquer limite, revelando a combinação de distintas dinâmicas de acumulação que podem efetivar-se somente por meio de um controle territorial (PERPETUA, 2016). É dentro desse contexto que o Estado brasileiro, como um agente territorial, vem implementando uma agenda estratégica com políticas territoriais que reconfiguraram o espaço agrário brasileiro.

O Maranhão, nos últimos anos, foi palco de um intenso processo de territorialização da fronteira agroflorestal voltado para exportação da celulose, como parte do avanço geral das *commodities* no Brasil. O referido estado, por ter concentrada boa parte da sua porção territorial dentro da Amazônia Legal, veio ser alvo de várias políticas e projetos de desenvolvimento e integração econômica. Paralelamente, é também palco do avanço da mais nova fronteira agrícola do país, o MATOPIBA, que congrega área de quatro estados brasileiros (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e representa uma das principais expressões do capital sobre o campo.

Dentre esses projetos, no Maranhão, ganham destaque, como propulsores da inserção da fronteira agroflorestal no estado, a partir da década de 1980: a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que será utilizada prioritariamente pela mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atraindo uma série de guseiras para a região; posteriormente, o extinto projeto Celmar e outras empresas como Maranhão Reflorestadora (MARFLORA) e Itapagé Celulose, Papéis e Artefatos; e, mais recentemente, a indústria Suzano Papel e Celulose.

Essas grandes corporações empresariais também se valem de estratégias para aumentar suas produções, atuando, segundo Harvey (2004), sob uma lógica de

acumulação por espoliação. Esse processo é caracterizado pela concentração da riqueza e de poder nas mãos desses grandes empreendimentos, desapropriando as entidades públicas e privadas de suas riquezas ou terras.

A partir disso, a fronteira agroflorestal com o eucalipto, estruturado em um modelo de enclave, é baseada na exploração da terra segundo uma lógica infinita. Dessa forma, esses grandes empreendimentos do ramo florestal se utilizam de várias estratégias de apropriação da terra como, por exemplo, a compra, o arrendamento e a especulação. Esses fatores são preponderantes na manutenção do ciclo produtivo, que vai desde a matéria-prima com o eucalipto até a produção e comercialização da pasta de celulose.

Através disso, a expansão do eucalipto, sobretudo a partir do século XXI, vem se consolidando no Maranhão, com a Região Tocantina do Maranhão como a principal fronteira de expansão dessa atividade, dentro do estado. Desse modo, esse processo de territorialização florestal do eucalipto vem contribuir pra que a Região Tocantina venha está inserida dentro da dinâmica da Divisão Internacional do Trabalho – DIT, uma vez que esse eucalipto é a principal matéria-prima para produção de celulose que é exportada para países desenvolvidos industrialmente, ou seja países centrais de acordo com Smith (1988).

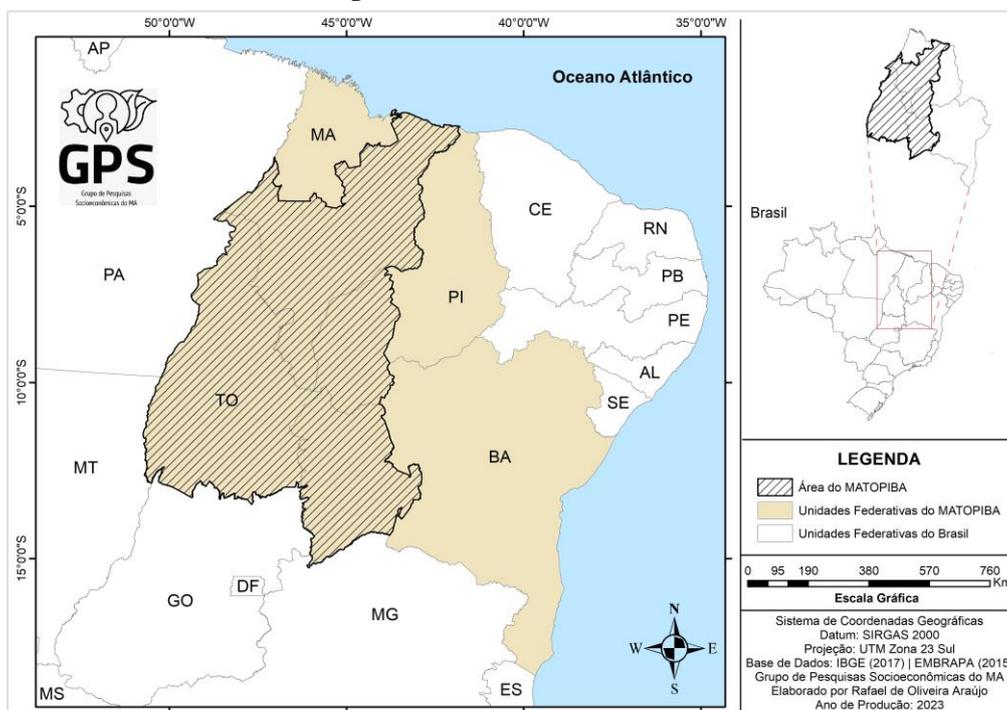
A Região Tocantina do Maranhão na economia de fronteira agroflorestal

É dentro da lógica de atuação do Estado na atração de capital privado, especialmente após a década de 1970, que a Região Tocantina do Maranhão vem sendo palco da mais nova fronteira agrícola do país, o MATOPIBA (Mapa 2). A área destacada no Mapa 2 é resultante da expansão dessa fronteira nas áreas de Cerrado desses estados, além da porção amazônica do Maranhão e do Tocantins.

Um outro fator que favoreceu a atração do capital privado e, conseqüentemente, a expansão da fronteira agrícola na região foi o baixo custo das terras, o qual propiciou a compra de grandes áreas necessárias à monocultura, com uso de alta tecnologia voltada para a mecanização e a produção em larga escala (OLIVEIRA; PEREIRA; ARAÚJO, 2021). O avanço da fronteira agroflorestal, na Região Tocantina do Maranhão, deu-se, de início, na década de 1980, com a implantação da já mencionada EFC, um corredor de exportação que tem como destino o Porto de Itaqui, em São Luís, capital do estado do Maranhão, e que está atrelado ao Projeto Grande Carajás (PGC), no

estado do Pará, o qual, juntamente com o estado do Tocantins, faz divisa com a região (OLIVEIRA; PAZ; SILVEIRA, 2020).

Mapa 2 – Área do MATOPIBA

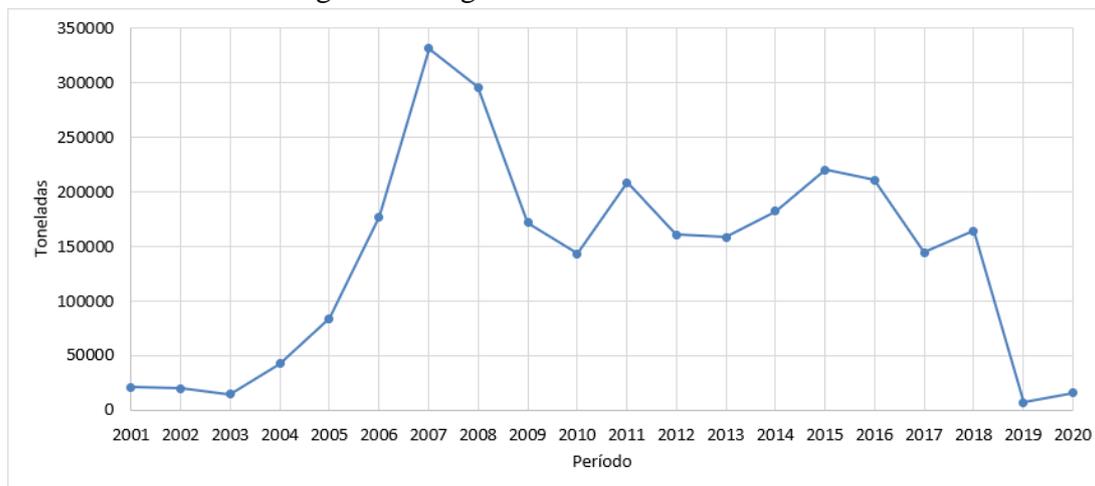


Fonte: os autores (2021).

A partir disso, a fronteira agroflorestal com o eucalipto começa a ganhar destaque na região, com intuito inicial de alimentar os fornos industriais das guseiras, no município de Açailândia, guseiras essas que vieram a surgir conjuntamente com o PGC e seu corredor de exportação. Posteriormente, o eucalipto tem outro objetivo: a fabricação de celulose, com a extinta empresa de celulose e papel Celmar. Nota-se, com Becker (1995, p. 17), que essa fronteira agroflorestal tem como uma de suas características marcantes “a apropriação da terra realizada em escala e ritmo crescentes”, o que de fato veio e vem acontecendo na região.

Com a privatização da CVRD, já no fim da década de 1990, a qual era a maior detentora dessas áreas de plantação de eucalipto, o projeto Celmar perde investimentos, e grande parte do eucalipto plantado muda novamente de finalidade, servindo para outros fins, dentre eles o carvão vegetal (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Série histórica da produção de carvão vegetal na Região Tocantina do Maranhão

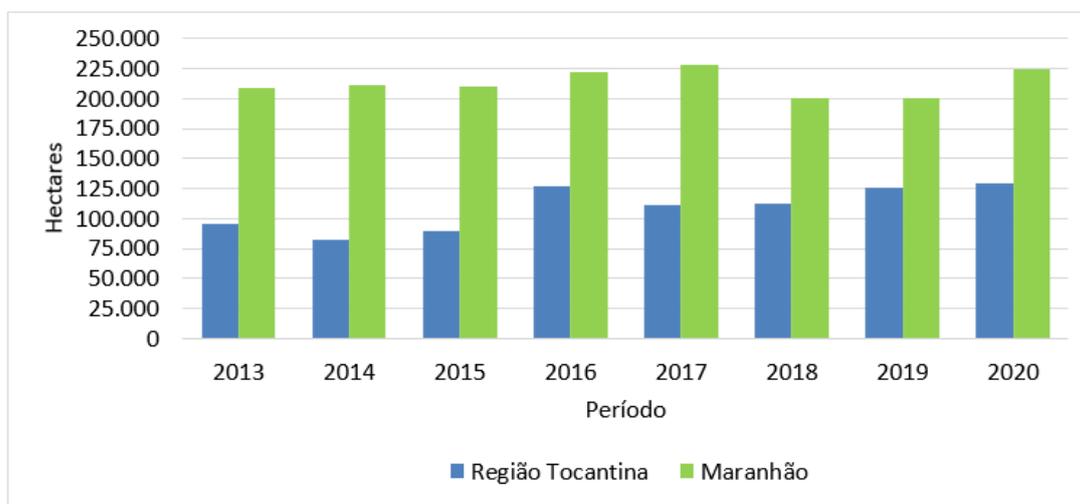


Fonte: IBGE (2022a). Organização: os autores (2022).

O Gráfico 1 ressalta essa dinâmica, ao apresentar o aumento da produção de carvão vegetal, entre os anos de 2001 e 2007, tendo um crescimento de aproximadamente 1.490% entre esse período. Essa dinâmica na mudança da finalidade produtiva do eucalipto – antes carvão vegetal, posteriormente para celulose, e retornando para carvão vegetal – demonstra claramente sua *flexibilidade*, resultante das necessidades do modo de produção capitalista, corroborando, assim, com o que Harvey (2013) expõe sobre essa fronteira, afirmando ser ela extremamente dinâmica e inevitavelmente expansionista.

Contudo, a produção de carvão vegetal cai consideravelmente, na região, a partir do ano de 2008, que coincide com o ano dos inícios das obras de implantação da indústria Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz, caindo a produção de carvão vegetal em cerca de 95%, entre os anos de 2008 e 2020. Nesse contexto, a indústria passou a adquirir propriedades de eucalipto que outrora eram da CVRD e também a arrendar outras propriedades de fazendeiros da região, com a finalidade estrita de cultivo do eucalipto para a produção de celulose. O Gráfico 2 apresenta o crescimento da área destinada ao eucalipto, na Região Tocantina maranhense, em comparação com o total do estado do Maranhão, de 2013 a 2020.

Gráfico 2 – Evolução de áreas destinadas ao plantio de eucalipto em municípios da Região Tocantina do Maranhão e no Maranhão (2013-2020)



Fonte: IBGE (2022a); IBÁ (2021). **Organização:** os autores (2022).

Desse modo, na Região Tocantina, é apresentado um crescimento de aproximadamente 36%, entre 2013 e 2020, enquanto que, no estado em geral, há um avanço de 7,38% no período. Especificamente no ano de 2020, a Região Tocantina ocupava cerca de 57,75% de toda a área de eucalipto dentro do estado, o que vem configurar um processo de territorialização e concentração do eucalipto dentro da Região Tocantina, uma vez que essa é uma região estratégica dentro do processo produtivo do eucalipto, no estado.

Nesse sentido, na última década, revelou-se o intenso processo de territorialização do capital agroflorestal no campo, especialmente por meio da (agro)industrialização, com destaque para a indústria Suzano Papel e Celulose. Desse modo, os dados expressam, de acordo com Becker (2001), que a expansão dessa fronteira agroflorestal, na região, tem como base a pilhagem de terras e recursos naturais, sendo estes vistos pelo capital como recursos ilimitados e geradores de crescimento econômico.

Para Oliveira (2019), a fronteira agroflorestal com o eucalipto, na Região Tocantina do Maranhão, é resultante de uma expansão tecnológica e mecanizada sobre áreas verdes *vazias* ou pouco habitadas como mecanismo eficaz para o crescimento econômico, o que vem resultando em expressivas transformações territoriais e reestruturações produtivas. Becker (2005) ressalta que essa fronteira agroflorestal é

caracterizada como sendo um espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório, em que, apesar da grande exploração dos recursos da região, não são possibilitadas grandes melhorias nas condições socioeconômicas de sua população.

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 2000, o desenvolvimento do capitalismo no campo da Região Tocantina do Maranhão tem acontecido a partir da atuação de empresas que utilizam o eucalipto como matéria-prima, tendo a Vale (antiga CVRD), com o Fundo de Investimento em Participações (FIP) Vale Florestar, e, posteriormente, a Suzano Papel e Celulose como os principais agentes de atuação. A atuação dessas empresas tem evidenciado a aliança terra, capital financeiro e capital agroflorestal nos municípios localizados na região. Ou seja, essas grandes empresas do ramo florestal têm ocupado várias extensões de terras na região, isso fomentada por alguns instrumentos financeiros como: financiamento por grandes bancos e abertura de capital em bolsa que favorece a grandes investidores físicos e institucionais como é o caso dos fundos de pensões da Caixa Econômica (Funcef), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobrás (Petros).

Desse modo, essa fronteira agroflorestal, na Região Tocantina do Maranhão, atrelada ao capital financeiro, vem apresentando como característica estrita uma economia de fronteira, a qual Becker (2005) menciona como uma fronteira que apresenta um crescimento econômico visto como linear e infinito, baseado em um padrão de uso predatório das riquezas naturais, e que, nas últimas décadas, está sendo marcada pela financeirização nas áreas agrícolas da região, ou seja, a financeirização vem se apropriando das áreas de eucalipto na região, transformando essas áreas em verdadeiros *ativos florestais*.

Eucalipto e transformações no uso da terra na Região Tocantina do Maranhão

A partir das transformações de ordem alimentar, tecnológica, financeira e energética que se sucederam no mundo, no final do século XX, há uma expressiva expansão dos agrocombustíveis e da produção mecanizada de *commodities* para a agroindústria mundial. Tais transformações desembocaram em expressivas modificações na estrutura produtiva global, mas, em especial, para os países periféricos, onde a DIT tratou de lhes inserir na parte produtiva mais onerosa da produção mundial.

O *boom* da expansão da produção das *commodities* tem promovido o fenômeno conhecido por *land grabbing*, que foi intensificado, provocando, assim, uma reestruturação na dinâmica de compra e venda de terras, nos países da periferia do capitalismo mundial. A partir desse momento, foi identificado um forte movimento de diversificação de investimentos pelo capital financeiro – mobilizado por fundos, corporações e indivíduos de alta renda –, o que impulsionou a aquisição de terras em locais estratégicos (SILVA, 2001).

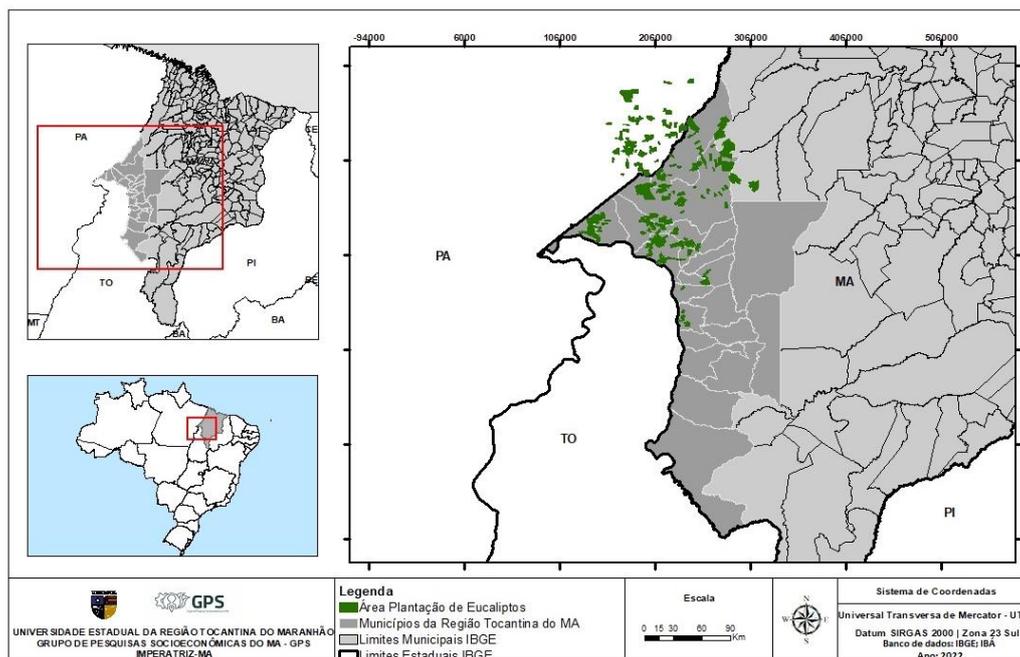
Assim, a Região Tocantina maranhense assume uma característica, na ordem global, de produção de *local estratégico*. Nas últimas décadas, a territorialização, por esses grandes agentes econômicos e financeiros, tem ocasionado vários movimentos de apropriação de terras, como arrendamento, compra, grilagem, compra ilícita, especulação etc, vindo, assim, a culminar com diversos problemas, tais como: concentração fundiária, violência, ameaças, intimidação e desapropriações de trabalhadores de suas comunidades, evidenciado na perda do espaço de práticas agrícolas camponesas.

O Mapa 3 demonstra a distribuição e a ocorrência de áreas plantadas de eucalipto da Região Tocantina maranhense, que vem fazendo parte da dinâmica do capital financeiro e agroflorestal, com o avanço do eucalipto subordinando as áreas de pequenos produtores rurais existentes aos *planos de desenvolvimento* pensados pelas grandes empresas que utilizam esse eucalipto como matéria-prima.

A territorialização e financeirização das plantações de eucalipto, na região, primeiramente se dá pela Vale, com a Vale Florestar, que é um fundo para investimento em reflorestamento que tem como principais acionistas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e fundos de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef) e da Petrobrás (Petros).

Desde 2008, a Suzano Papel e Celulose, que é um dos agentes econômicos no setor florestal, vem se destacando na região, na qual é uma das maiores e mais tradicionais empresas nacionais atuantes no setor e a primeira, dentre elas, a abrir o seu capital em uma bolsa de valores, em 1980. Vale ressaltar que a abertura de capital dessas grandes empresas do setor florestal, como é o caso da Suzano e da Vale, também possibilita o acesso de terras a grandes investidores nacionais e estrangeiros, que veem, nesse ramo, a possibilidade de ampliar seu portfólio de investimentos.

Mapa 3 – Localização de áreas com cultivo de eucalipto nos municípios da Região Tocantina do Maranhão



Fonte: os autores (2022).

A partir disso, a territorialização de capital agroflorestal vem obtendo forte apoio do capital financeiro. Isso porque as áreas de cultivo de eucalipto se tornam verdadeiros ativos financeiros ou mais especificamente ativos *florestais*. Marques (2015) aponta que os negócios com ativos *florestais* têm envolvido, de forma direta, mecanismos e atores do mercado financeiro, como é o caso, na região, da Vale Florestar, que vendeu grande parte de seus ativos *florestais*, na região, para a Suzano Papel e Celulose.

Essas negociações da Suzano Papel e Celulose com a Vale Florestar são um exemplo claro desse processo de financeirização das áreas de eucalipto, contribuindo com a expansão da fronteira agroflorestal na região. Em 2009, a Suzano fechou um acordo com a Vale Florestar para a compra de madeira de uma área de 80 mil hectares na Região Tocantina do Maranhão. Além disso, também foi efetuada a compra de 50 mil hectares no Pará, voltada ao abastecimento de sua fábrica em Imperatriz (MARQUES, 2015; MIRANDA, 2012).

Além da compra referente aos ativos *florestais* da Vale Florestar, a Suzano Papel e Celulose firmou um contrato com a Vale Florestar de abastecimento de eucalipto por 15 anos, a partir de 2014 (VALE, 2009). É com base nesse contexto que, de acordo com

Harvey (2004), a Região Tocantina do Maranhão vive, nas últimas décadas, um período de crise de sobreacumulação do capital, em específico o capital financeiro que está continuamente buscando novas formas de acumulação, incorporando novos ativos e territórios ao seu portfólio de investimento.

Marx (2004) expõe que o monopólio da propriedade fundiária é uma das bases para a permanência do modo de produção capitalista, assim essas grandes empresas capitalistas vêm utilizando da terra como um capital importante dentro do processo produtivo. Logo, é a partir dessa lógica monopolista da terra, que Marx (1985, p. 109) ressalta que a renda da terra “se apresenta como certa soma de dinheiro que o proprietário da terra recebe anualmente mediante o arrendamento de um pedaço do globo terrestre”, mas que com a financeirização da terra por essas grandes empresas do ramo agroflorestal a terra tem-se outras formas de repassar essa renda, no que de acordo com Harvey (2013) agora em forma de dividendos para seus acionistas.

Dessa forma, financeirização da terra, sobretudo na Região Tocantina, é a transformação da terra em ativo financeiro, na qual há uma série de mecanismos, práticas e/ou instrumentos que resultam na integração entre o capital financeiro e o controle de terras. Com esse mecanismo, tem-se a utilização da terra como capital especulativo e a listagem de empresas na bolsa de valores, como é o caso da Vale e da Suzano. Facilita-se a entrada do capital financeiro no campo, permitindo que investidores institucionais – como fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras, bancos, estrutura de fundos, indivíduos de alta renda – passem a controlar, diretamente ou indiretamente, vastas extensões de terra (BICALHO, 2022).

A territorialização da fronteira agroflorestal faz surgir, na região, conflitos pelo uso e apropriação da terra, pois a produção de monocultura gera uma série de problemas, principalmente fundiários, antes já estabelecidos nessa região, mas que retornam a fazer parte do cenário, a partir da territorialização do eucalipto, na região (PEREIRA; CASTRO; PORCIONATO, 2018). Desse modo, a territorialização do capital agroflorestal, com a transformação da terra em mercadoria ou ativo, vem provocando alguns impactos significativos, entre eles a alteração na estrutura fundiária da região. A estrutura fundiária é o modo como as propriedades agrárias estão distribuídas e organizadas em um determinado espaço, facilitando, assim, a compreensão das desigualdades que acontecem no campo.

A Tabela 1 expõe a estrutura fundiária da Região Tocantina maranhense, relacionando o número de propriedades rurais com o total de áreas ocupadas, dentro do ano de 2018. A partir disso, observa-se que os estabelecimentos agrícolas com menos de 100 hectares foram responsáveis por 62% do total de estabelecimentos, contudo ocupam apenas cerca de 11% do total da área rural da região. Em contrapartida, os 39 (cerca de 0,15%) imóveis acima de 10 mil hectares correspondem a 27% do total da área rural da Região Tocantina maranhense, caracterizando-se, assim, como uma região que apresenta um intenso processo de concentração fundiária.

Tabela 1 – Estrutura fundiária da Região Tocantina do Maranhão: total de estabelecimentos e total da área da terra no ano de 2018

NOME CATEGORIA	QTDE (IMOVÉIS)	TOTAL (ÁREA)
Mais de 0 a menos de 100 hectares	15.798	663.347,02
100 a menos de 10.000 hectares	9.518	3.806.671,42
Mais de 10.000 hectares	39	1.668.155,97
T O T A L	25.355	6.138.174,41

Fonte: INCRA (2018). **Organização:** os autores (2022).

Nesse sentido, o padrão estrutural da posse e uso da terra, na região, permanece desequilibrado, com problemas socioeconômicos e territoriais para essa população. Isso porque o grupo de até 100 hectares inclui grande parte dos pequenos produtores e produtores familiares, que necessitam da terra para manutenção de suas vidas. Entretanto, a fronteira agroflorestal, caracterizada como uma economia de enclave que necessita de recursos ilimitados de terras, vem também incorporando as pequenas propriedades dentro do seu processo produtivo, causando, assim, impactos no uso da terra, dentro da região.

A Tabela 2 enfatiza esse processo, ao apresentar algumas das principais fazendas incorporadas pela Suzano Papel e Celulose, na região. O ano de 2019, apenas no recorte em destaque, apresenta o total de 67.107,13 hectares de fazendas com plantações de eucalipto. Também é exposto o quantitativo de áreas que é destinado a outros usos, dentro dessas fazendas, o qual representa um total de 4.018,80 hectares, ou seja, as áreas com eucalipto representam cerca de 49% do total de áreas usadas, enquanto os outros usos representam cerca de 3% do total da área.

Tabela 2 – Principais fazendas com o cultivo de eucalipto na Região Tocantina do Maranhão

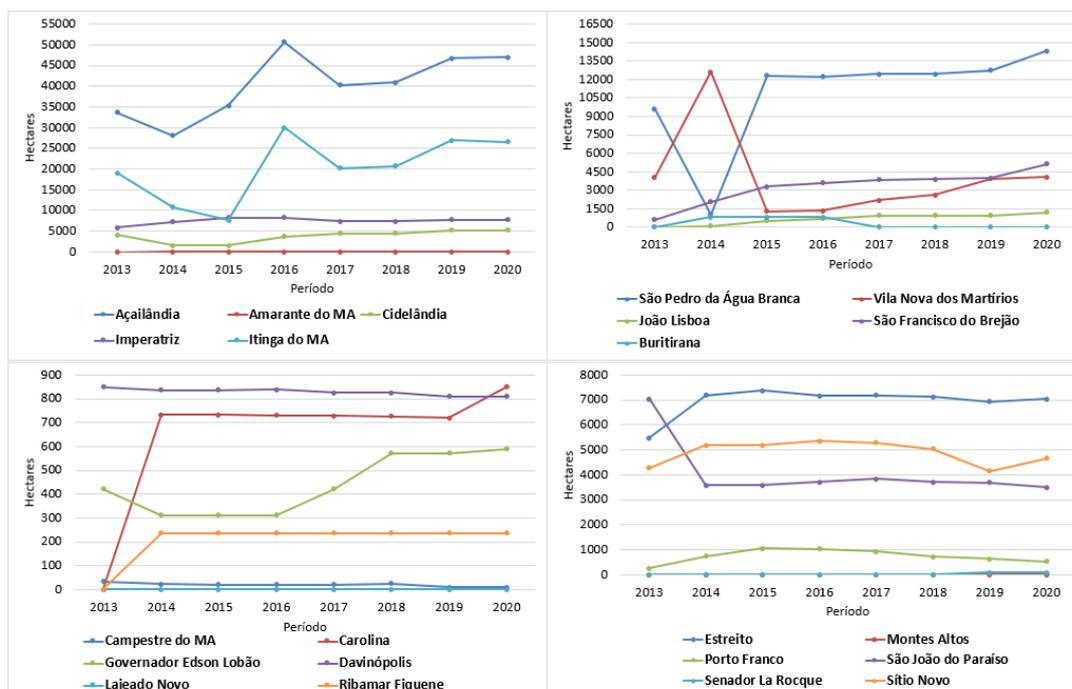
Imóvel	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio Eucalipto (ha)	Outros usos (ha)
Jurema	Própria	20.708,53	11.123,10	683,26
Nova Descoberta QG	Própria	16.687,33	9.946,25	544,98
São Bento	Própria	11.826,20	4.617,40	130,76
Boa Esperança	Própria	9.863,43	3.640,31	249,03
Eldorado	Própria	8.991,41	3.858,95	319,03
Monte Líbano	Própria	6.620,67	3.376,56	341,82
Santa Cruz QG	Arrendamento	6.509,29	1.277,37	83,32
Santa Catarina	Arrendamento	5.721,96	2.944,47	138,64
Canaã	Arrendamento	4.327,63	2.078,54	149,78
Serra	Arrendamento	4.050,77	2.105,20	118,75
Boa Vista QG	Própria	3.154,17	2.259,05	115,14
Santa Marta QG	Própria	2.778,38	2.418,30	145,79
Boa Esperança (Kyt)	Arrendamento	2.358,23	1.043,94	36,95
Itabaiana	Própria	2.149,47	279,43	14,19
Toca da Onça	Arrendamento	2.147,73	905,79	51,34
Miarim	Própria	2.123,69	1.128,52	53,04
Dois Irmãos	Arrendamento	1.785,00	387,74	34,57
Santa Maria QG	Própria	1.777,97	1.496,40	42,52
São Francisco II	Própria	1.616,95	903,68	33,05
Boa Esperança III	Própria	1.591,92	1.024,73	45,89
Bloco Grotá	Própria	1.517,23	578,44	39,30
Aliança 2 QG	Própria	1.489,14	951,38	60,73
Flexa Dupla	Arrendamento	1.406,68	1.031,31	39,51
Boa Sorte 2	Arrendamento	1.347,42	888,17	46,84
Bacuri	Própria	1.308,49	73,27	17,27
Tabuleiro	Própria	1.273,29	602,35	55,34
Boa Vista	Própria	1.232,54	472,28	36,96
Monte Alegre	Própria	1.229,30	592,13	69,36
Jumbo Qg	Própria	1.199,82	866,81	72,52
Alvorada	Arrendamento	1.196,58	752,30	48,69
São José III	Própria	1.187,48	369,66	26,20
Itaparica	Própria	1.180,42	610,63	26,62
São Sebastião	Própria	1.171,01	561,82	39,13
Sapucaia - MA	Própria	1.072,14	441,05	34,48
Palmares	Própria	1.057,48	554,54	26,47
São Geraldo QG	Própria	1.045,82	468,86	20,40
Bacabá	Própria	1.010,76	476,40	27,13

Fonte: Suzano Papel e Celulose (2019). **Organização:** os autores (2022).

O Gráfico 3 mostra os principais municípios produtores de eucalipto, dentro da Região Tocantina maranhense, e demonstra o avanço dessa atividade no período de 2013 a 2020. Destaca-se o município de Açailândia, principalmente pelo seu contexto histórico, pois é o município em que mais houve avanço do capital agroflorestal.

Cresceu de 33.682 hectares, em 2013, para 47.040, em 2020, expandindo cerca de 39,65% de sua base plantada, durante esse período.

Gráfico 3 – Evolução de áreas em hectares destinadas ao plantio de eucalipto nos principais municípios produtores de eucalipto, dentro da Região Tocantina do Maranhão



Fonte: IBGE (2022a). Organização: os autores (2022).

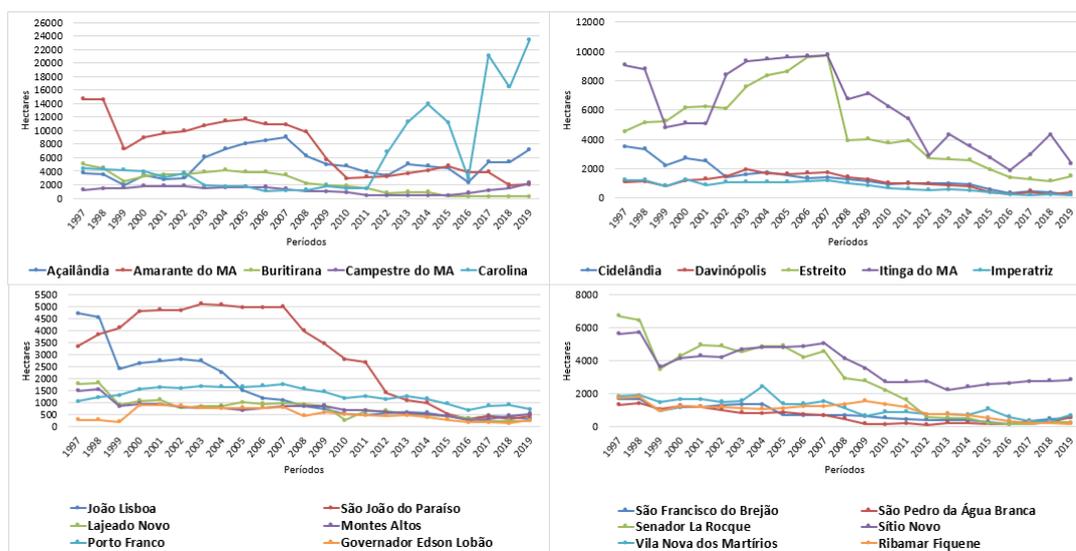
Itinga do Maranhão vem como segundo município de destaque, tendo uma expansão semelhante, com cerca de 39,34%, aumentando sua área plantada de eucalipto de 19.063 hectares, em 2013, para 26.525 hectares, em 2020. São Pedro da Água Branca é o terceiro município da região com maior área plantada de eucalipto, com um crescimento de 9.635 hectares para 14.334, constituindo um crescimento de aproximadamente 48% de área plantada, nesse período.

Os demais municípios apresentados no Gráfico 3, apesar de apresentarem um número baixo referente às áreas de produção de eucalipto, na região, vêm, dentro desse período, apresentando avanço no que diz respeito a essa atividade. Um dos principais fatores que levam a esse avanço é a proximidade dessas áreas em relação à indústria de Papel e Celulose, no município de Imperatriz, além de apresentar uma base florestal historicamente já implantado na região desde a década 1980. É dentro desse contexto que o espaço rural da região se apresenta como objeto indelével do processo de

acumulação capitalista, que tem como um de seus objetivos transformar o solo rural em mercadoria, o que favorece a ampliação do mais-valor de grupos seletos inseridos no sistema financeiro mundial.

Becker (2005) afirma que esses processos de avanço do capital agroflorestal, dentro da Amazônia Legal brasileira, têm proporcionado novas condições de uso da terra, subordinando, assim, antigas formas de uso ao grande capital agroflorestal. Há, inevitavelmente, uma sobreposição de novas formas de produção, de novas características fundiárias que desembocam em domínios hegemônicos de algumas estruturas de produção sobre outras, em especial a silvicultura do eucalipto sobre culturas alimentares tradicionais (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Áreas, em hectares, destinadas ao cultivo das principais culturas da produção agrícola, nos municípios da Região Tocantina maranhense (arroz, feijão, mandioca e milho)



Fonte: IBGE (2022b). Organização: os autores (2022).

O Gráfico 4 apresenta a diminuição das áreas, em hectares, de produção agrícola das principais culturas tradicionais da região (arroz, milho, feijão e mandioca), no período de 1997 a 2019. Em termos quantitativos, a produção agrícola da região vem perdendo território nas últimas décadas, havendo, no interstício apresentado, expressiva queda, de aproximadamente 43,2% das áreas, em hectares, destinadas às suas principais culturas destacadas na região.

Apesar dos inúmeros fatores que, historicamente, têm afetado a pequena produção no país – êxodo rural, falta de crédito agrícola, diminuição da capacidade produtiva das famílias, grilagem, especulação fundiária etc. –, é imprescindível compreender que, para o caso da Região Tocantina do Maranhão, eles coincidem e coexistem com o intenso processo de territorialização do eucalipto, agravado nas últimas duas décadas. A Figura 1 expõe como esse processo de territorialização do eucalipto está inserida dentro do contexto regional, ao abordar grandes fazendas de eucalipto em contrastes com produções tradicionais da região a exemplo da pecuária e produção de mandioca, além disso, é marcante os símbolos de poder produzidos por essa nova territorialidade na região como, observa-se nas cercas, placas, novas estradas, etc.

Figura 1 – Fotografias de fazendas de eucalipto nos municípios de Itinga do Maranhão e São Pedro da Água Branca, Maranhão



Fonte: os autores (2022).

Nesse sentido, assim como existe o discurso de que o estado de Maranhão apresenta vocação para pecuária, há, também, o discurso de que a Região Tocantina maranhense apresenta vocação para a atividade florestal. Segundo Kudlavicz (2011), esse discurso vem fazendo com que os proprietários de terras venham a mudar suas

estratégias de produção, colocando suas terras à disposição do plantio de eucalipto recebendo uma renda por partes dessas grandes empresas do ramo florestal. Ou seja, o que outrora muitos desses proprietários obtinham renda a partir da sua própria produção (agricultura, pecuária, etc.), agora se tem no arrendamento para essas grandes empresas do ramo florestal a retirada da renda.

Outro elemento que tem se configurado, no processo aqui expresso, é a mescla de outras atividades com o eucalipto. Nesse contexto, são combinadas atividades silvipastoris, de piscicultura, caprinobovinocultura e de *preservação ambiental*, mesmo em áreas em que comunidades são assentadas. Essa dinâmica trata de uma estratégia de manutenção das áreas, frente a órgãos ambientais: conciliar atividades com os donos de terras, em áreas arrendadas, e até mesmo política de responsabilidade socioambiental.

A partir disso, há um avanço da fronteira agroflorestal na Região Tocantina do Maranhão, onde são criadas novas condições de uso da terra, implicando, assim, alterações das relações do sujeito no território, subordinando antigas formas de uso ao grande capital agroflorestal. A territorialização do eucalipto, na Região Tocantina maranhense, possibilita, então, demonstrar a reestruturação de atividades no campo, sob a lógica dominante do capital agroflorestal, atrelado ao capital financeiro, que tem como uma de suas finalidades reorientar sujeitos, recursos, objetos e ações, sob uma ordem própria, e destina desordem para os demais (OLIVEIRA; PAZ; SILVEIRA, 2020).

Considerações finais

Com o avanço do MATOPIBA, no Maranhão, e com a inserção do modelo produtivo do agronegócio florestal, na Região Tocantina do Maranhão, observou-se, nas últimas décadas, a instalação de indústrias que têm como matéria-prima a monocultura do eucalipto, produzida, por isso, em larga escala e ocupando vastas áreas de terra na região. Isso coopera para a territorialização do capital agroflorestal no campo, ancorada na permanência do latifúndio e favorecendo o acirrar das disputas territoriais e do uso corporativo do território.

É dentro desse contexto que, como observado, a concentração fundiária tem sido um sério problema na região, uma vez que consolida o monopólio da terra pelo capitalista, assim subordinando vários produtores aos interesses do capital. Nesse

sentido, a Região Tocantina maranhense vem sendo alvo da adoção de diversas estratégias para responder aos desafios impostos pela reprodução do capital, neste novo ciclo de acumulação capitalista, marcado pela globalização econômica.

Logo, tem-se, entre os atores mais expressivos que atuam na hegemonização desse capital agroflorestal na região, o Estado, com suas políticas e programas de desenvolvimento, integração e territorialização, e as grandes empresas que se utilizam de algumas estratégias de territorialização como compra, arrendamento, especulação, grilagem etc. Desse modo, esses atores são responsáveis por fomentar a territorialização capitalista no campo, ao introduzirem uma lógica capitalista voltada para o crescimento produtivo, mediante a exploração dos recursos disponíveis.

Por fim, destaca-se aqui a novidade da inserção da Região Tocantina do Maranhão no mercado global de ativos *florestais*, que, nas últimas décadas, contou com a participação da Vale Florestar, com seus diversos investidores, como fundos de pensão, estatais, fundos patrimoniais, entre outros investidores financeiros, e que, em 2009, firmou contrato de compra e abastecimento com a Suzano Papel e Celulose. Evidencia-se, nesse sentido, a influência direta do avanço do capital agroflorestal nas transformações do território, como parte de um conjunto de ações dentro da dinâmica produtiva do modo de produção capitalista.

Referências

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>

BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (Org.) **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p.47-64.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BICALHO, B. A terra como ativo financeiro: mecanismos, práticas e instrumentos. **Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 96-116, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63925>

BRITO, T. M. A. de. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 10, n. 20, p.74-105, 2008. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2008.v10i20.a13563>

CASTRO, A. M. G. de.; TONANI, F. L.; LIMA, S. M. V. Desafios para o desenvolvimento do complexo agroindustrial do eucalipto para agroenergia na região norte do Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 9, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n9-045>

CENTURIÃO, D. A. S. Complexo agroindustrial de florestas plantadas de Ribas do Rio Pardo, estado de Mato Grosso do Sul: caracterização e relações com o desenvolvimento local. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 21-33, jul/dez. 2016. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/rea/rea2-2-16.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Metadados**: Mapa de aptidão agrícola das terras do MATOPIBA. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: http://geoinfo.cnps.embrapa.br/layers/geonode%3Aamatopiba_aptidao_20201110_v2/metad_ata_read. Acesso em: 3 mar. 2023.

GONÇALVES, J. S. A agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-36, abr. 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=2169>. Acesso em: 29 mar. 2022.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad. A. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad. C. Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Trad. M. Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores. **Relatório anual IBÁ**. Brasília: IBÁ, 2021. Disponível em: <https://www.iba.org/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 16 jun. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção extrativista e da silvicultura**. Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**: levantamento sistemático da produção agrícola. Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura fundiária**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/estrutura-fundiaria.html>. Acesso em: 8 mar. 2022.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, [s. l.], v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12506>

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1003>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MARQUES, M. I. M. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 35, p. 120-147, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13731>

MARX, K. **O capital**. 1. Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Trad. P. C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. (Coleção Mundo do Trabalho).

MIRANDA, S. B. A monocultura do eucalipto alterando o espaço agrário no oeste maranhense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia: UFU, 2012. 14 p. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1213_1.pdf. Acesso em: 25 mar 2022.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301- 327, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p301>

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; PEREIRA, A. M. Grandes projetos agro-minero-exportadores na inserção da silvicultura do eucalipto na Amazônia Maranhense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 219-231, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG227954119>

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; SILVEIRA, K. C. da. Expansão da silvicultura do eucalipto e transformações no uso da terra em municípios do Oeste Maranhense. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 6, n. 19, p. 1-24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.202006>

OLIVEIRA, A. B.; PEREIRA, A. M.; ARAÚJO, J. A. V. de. Da fronteira agrícola aos territórios do agronegócio florestal: avanços da silvicultura de eucalipto sobre a agricultura familiar nos municípios de Imperatriz e Cidelândia, Maranhão, Brasil. **GeoTextos**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 89-115, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/geo.v17i2.46449>

PAULA, N. de. A empresa rural no Brasil: o capital agrário perdendo suas raízes. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 271-295, 1993. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/563/798>. Acesso em: 17 jan. 2022.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N.; PORCIONATO, G. L. Expansão da agricultura no MATOPIBA e impactos na infraestrutura regional. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 65, n. 1, p. 15-33, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.56468/1983-7747.erea032018>.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144985>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos, 18).

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Relatório da avaliação fase 2 para certificação de manejo florestal e cadeia de custódia desde a floresta até a saída do produto da empresa**. Imperatriz: [s. n.], 2019. Disponível em: https://www.sysflor.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CER-REL_Recert-Suzano-2018-270519_FIN_PUBLICO.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

TEIXEIRA, P. P. G. **O fenômeno land grabbing como objeto de estudo: complexidade e diversidade**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8911>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VALE. Vale celebra acordo com Suzano. *In*: VALE. **Investidores: informações para o mercado – Fatos Relevantes e comunicados**. Rio de Janeiro, 14 jul. 2009. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/vale-celebra-acordo-com-suzano.aspx>. Acesso em: 16 maio 2022.

Recebido em 07/11/2022

Aceito para publicação em 28/02/2023